

# A ECONOMIA FEMINISTA: UM PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE REPRODUÇÃO<sup>1</sup>

**Cristina Carrasco Bengoa**  
*Universidade de Barcelona*

*Tradução: Luíza Mançano Gomes (Unicamp)<sup>2</sup>*

*e Maria Júlia A. G. Montero (PUC-SP)<sup>3</sup>*

*Revisão: Maria Fernanda A. G. Montero (PUC-SP)<sup>4</sup>*

**Resumo:** Tendo como fio condutor a ideia de reprodução, o artigo segue o caminho dos principais debates, desafios e problemas que têm movimentado conceitualmente a economia feminista, desde a discussão sobre o trabalho doméstico até a ideia mais recente de sustentabilidade da vida. Iniciamos com uma crítica aos esquemas reprodutivos elaborados por algumas escolas econômicas, seguindo com a recuperação do trabalho doméstico, os esquemas produção-reprodução, a ideia de reprodução social e o conceito de sustentabilidade da vida. Termina com um epílogo, em que se afirma a necessidade de diálogo entre as diferentes economias que estão alinhadas com o mesmo objetivo de sustentabilidade da vida.

**Palavras-chave:** economia feminista; reprodução; sustentabilidade da vida.

---

<sup>1</sup> O artigo original, *La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción*, está publicado em castelhano na revista *Ekonomia: Revista vasca de Economía*, número 91 (I-2017), pp. 50-75, e as obras que dele derivam serão administradas conforme a licença Creative Commons (Atribuição-NãoComercial-SemDerivações-SemDerivados-CC-BY-NC-ND), exceto quando autorizado e nas condições estabelecidas pelo proprietário dos direitos.

<sup>2</sup> Tradutora, bacharela em Letras pela Universidade de São Paulo e estudante de mestrado do programa de Teoria e História Literária do IEL./Unicamp.

<sup>3</sup> Bacharela em Letras pela Universidade de São Paulo, mestra em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

<sup>4</sup> Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

## FEMINIST ECONOMICS. A LOOK AT THE CONCEPT OF REPRODUCTION

**Abstract:** Taking as a thread the idea of reproduction, the article follows the itinerary of the main debates, challenges, and problems that have conceptually displaced feminist economics from the discussion on domestic work to the most recent idea of sustainability of life. It begins with a critique of reproductive schemes developed by some schools in economics, continues with the recovery of domestic work, production-reproduction schemes, the idea of social reproduction and the concept of sustainability of life. It ends with an epilogue where arises the need for dialogue between economies that are for the same objective of sustainability of life.

**Keywords:** feminist economics; reproduction; sustainability of life

### 1. INTRODUÇÃO

A economia feminista tem uma premissa clara: não nos agrada a realidade socioeconômica e, portanto, desejamos alterá-la<sup>5</sup>. No entanto, qualquer proposta de mudança social requer, primeiro, um conhecimento do funcionamento da realidade que se deseja transformar, para poder averiguar os problemas mais relevantes, os mecanismos mais adequados e as alianças necessárias que façam com que seja possível experimentar o início dessa transformação rumo aos objetivos propostos.

Ao longo do caminho percorrido nas últimas décadas, a economia feminista se caracterizou por propor rupturas com uma série de conceitos definidos a partir da economia oficial dominante; rupturas que não respondem a uma inquietação conceitual, mas sim a um posicionamento político: faz tempo que aprendemos que a definição e, portanto, a utilização que se faz de determinados conceitos não é neutra, mas apresenta uma grande tendência androcêntrica. Assim, debatemos e reconceituamos os termos trabalho, produção, tempo, cuidados, bem-estar, dependência, reprodução, só para nomear alguns.

---

<sup>5</sup>A economia feminista não é um pensamento único. Mas este não é o espaço para debater suas diferentes concepções – que podem ser conferidas em Pérez Orozco (2006a). Neste texto, falarei desde a perspectiva com que me identifico, conhecida como economia feminista da ruptura.

Me pareceu interessante, então, fazer um panorama conceitual da economia feminista, tomando como fio condutor a ideia de reprodução<sup>6</sup>. Realizar a análise a partir dessa perspectiva responde à potencialidade analítica do conceito, já que possibilita identificar e refletir sobre os diferentes elementos dos quais depende a continuidade de uma sociedade e o bem-estar de sua população. O interesse deste panorama é fundamentalmente político: dar visibilidade aos trabalhos realizados pelas mulheres junto aos processos de despossessão ao qual foram submetidos, resgatar sua relevância humana e social, e romper com uma história de marginalização e esquecimento.

Nesse percurso, a economia feminista foi se deslocando conceitual e politicamente da discussão sobre o trabalho doméstico para a ideia mais recente de sustentabilidade da vida, ambos conceitos debatidos com mais intensidade nos movimentos sociais e sindicais do que na academia – conceitos, portanto, com uma forte carga política. Os primeiros debates buscavam um reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O conceito de sustentabilidade da vida – além de exigir um maior estudo e discussão – nos coloca a necessidade de perfilar quais são as economias próximas, que ao menos em princípio mantêm o mesmo objetivo que a economia feminista, para tentar construir diálogos e ações conjuntas – necessários se desejamos uma transformação social rumo a uma sociedade mais igualitária e melhor para se viver.

Sou consciente da dificuldade do foco planejado, porque, apesar da potencialidade analítica do conceito de reprodução (social) – herdado originalmente dos pensadores clássicos –, ele foi formulado e reformulado continuamente a partir de diferentes perspectivas, o que o transforma em

---

<sup>6</sup> Há dez anos publiquei, em um livro coordenado por Maria Jesús Vara (2006), um capítulo intitulado “A economia feminista: uma aposta por outra economia”, no qual realizava um panorama dos diferentes temas tratados até esse momento pela economia feminista. Nessa oportunidade, poderia ter continuado tal panorama através dos avanços realizados durante a última década, mas me pareceu mais importante mudar o foco. A perspectiva adotada neste texto não é necessariamente cronológica, simplesmente porque as rupturas conceituais e o desenvolvimento do conhecimento nunca o são, e não podem sê-lo: os conceitos e as ideias surgem, se superam, retrocedem, avançam, etc.

uma ideia confusa ao não responder a um significado claro. Por outro lado, essa é uma dificuldade compreensível, já que representa um tema complexo que implica diferentes aspectos e/ou âmbitos: recursos naturais, trabalhos diversos, aspectos biológicos, educativos e/ou sanitários, elementos materiais, subjetivos, de relações, ideológicos, de poder etc.

O artigo se desenvolve em cinco pontos e um epílogo. Início o panorama recuperando os esquemas reprodutivos elaborados por alguns pensadores clássicos e continuados pela escola *sraffiana* durante o século XX. Utilizo o termo herança contaminada porque o conceito de reprodução desses pensadores esconde todo o trabalho realizado fora do mercado, necessário precisamente para a reprodução social. O segundo ponto intitula-se espólio, porque trata dos debates dos anos sessenta e setenta, em que fundamentalmente se denuncia e visibiliza o espólio que o sistema econômico realiza do trabalho doméstico, considerado um trabalho de mulheres. O terceiro ponto trata do conflito, com *maiuscula*, *capital-vida*, ao qual se chega desde o conceito de reprodução social, que inclui o trabalho dos cuidados. O último ponto, ruptura e sustentabilidade, por um lado mostra a insustentabilidade do sistema socioeconômico atual, e por outro lado propõe uma ruptura, mudando o objetivo do lucro para a centralidade da vida. O artigo se encerra com um epílogo, não incluído no itinerário da economia feminista, já que ainda está por ser escrito. Tratam-se dos diálogos que devem ser estabelecidos entre as distintas perspectivas que pretendem construir um mundo melhor para se viver, que inclua toda a população mundial.

## 2. OS ANTECEDENTES: UMA HERANÇA CONTAMINADA<sup>7</sup>

O enfoque reprodutivo na economia é muito antigo. A ideia original se encontra no *Tableau Economique* de Quesnay, quem – baseando-se em seus conhecimentos de medicina – em 1758 descreve a economia como

---

<sup>7</sup> Neste ponto, realizarei somente umas brevíssimas considerações das escolas clássica e *sraffiana* no que se refere aos aspectos que nos interessam sobre sua ideia de reprodução. Claramente, não é objetivo deste artigo analisar e discutir profundamente todas as afirmações dos referidos pensamentos no terreno da economia, nem mesmo seu conceito de reprodução.

fluxos de bens e dinheiro, mostrando que o processo é contínuo porque reproduz suas próprias condições. De acordo com Pasinetti (1983), há duas ideias no esquema de Quesnay que se manifestam continuamente nos desenvolvimentos posteriores: a ideia de excedente e a ideia de atividade econômica como processo circular que, além de produzir um excedente, reproduz os bens materiais consumidos durante o processo produtivo, para assim poder continuar a atividade durante o período seguinte. Nesse esquema podemos encontrar pela primeira vez uma identificação entre classes sociais e atividade econômica.

Posteriormente, economistas clássicos, fundamentalmente David Ricardo e Karl Marx, retomaram a ideia. Com sensatez e uma visão holística da realidade, enfocaram a análise econômica baseando-se em características reprodutivas, entendendo que os sistemas socioeconômicos – para poderem existir – precisam reproduzir suas próprias condições de reprodução. Esses autores discutiram as condições materiais para que um sistema social tivesse continuidade; se elas não existissem, a própria subsistência da comunidade estaria em perigo.

Ricardo considerou também a contribuição da natureza para os processos produtivos, afirmando que o crescimento econômico não era infinito devido à escassez de recursos naturais. Marx, ao desenvolver esquemas de reprodução simples e ampliada, que implica – este último – crescimento econômico, corroborou com a ideia de Ricardo, afirmando que o capitalismo acabaria se autodestruindo precisamente por ser um sistema destruidor da natureza. Mas foi ainda mais além e cunhou o conceito de metabolismo social, de acordo com o qual os bens de estoque<sup>8</sup> e os fluxos de matéria e energia dos sistemas naturais se transformam em recursos naturais através de complexos processos que nos permitem finalmente utilizá-los para satisfazer nossas necessidades (Carrasco; Tello, 2011).

---

<sup>8</sup> No original, *bienes fondo* (em inglês, “stock”). Entre os recursos naturais, se denominam “bens de estoque” aqueles que se esgotarão caso sejam utilizados de forma mais rápida do que sua taxa de reprodução. Optamos por utilizar esse termo no lugar de “recursos não renováveis” por aproximar-se mais dos conceitos utilizados nos debates teóricos mais recentes na área [N. do T.].

Em relação ao trabalho e à produção mercantil, Marx desenvolveu a ideia de mais-valia e de acumulação capitalista e especificou a necessidade de reproduzir a força de trabalho para poder repetir o processo de trabalho dia a dia, incluindo nesse processo a reprodução geracional. Dessa forma, estava afirmando que as condições de produção são também as de reprodução, reconhecendo ainda que os processos de reprodução integravam uma lógica de desigualdade e exploração. A reprodução do capital reproduz as condições políticas, sociais, institucionais e culturais que asseguram a desigualdade e permitem sua acumulação.<sup>9</sup>

Para Marx, a acumulação primitiva foi uma premissa para o surgimento do capitalismo, cujo funcionamento baseado na exploração permitiria continuar posteriormente com o processo de acumulação. Harvey (2004, 2012) sustenta que os processos de crise do sistema – ou como são resolvidas as crises – são verdadeiros processos de “acumulação primitiva” ou acumulação por despossessão (programas de ajustes estruturais, políticas de austeridade, etc.) cujas consequências são privatizações, reduções do setor público, diminuição dos salários e do emprego..., e um rápido empobrecimento brutal de uma parte importante da população.

Mas, em sua ideia de acumulação, Marx nunca considerou todo o trabalho realizado nos lares, basicamente pelas mulheres e absolutamente necessário para reproduzir a força de trabalho. Somente incluía os bens adquiridos no mercado e, portanto, a força de trabalho aparecia se autorreproduzindo automaticamente com o salário (Marx, 1976). Como consequência, o trabalho doméstico e de cuidados tampouco estava incluído em seu conceito de mais-valia. Dessa maneira, esse trabalho – que está fora do espaço mercantil – ficará invisível não somente aos olhos da sociedade, não somente no imaginário social, mas desaparecerá no processo de acumulação. A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta, assim,

---

<sup>9</sup> Alguns autores afirmam que Marx não utilizou o conceito de reprodução social, conceito que teria sido concebido posteriormente para rebater uma ideia de reprodução ligada à economia ou ao capital que excluía a referência das práticas sociais (Dowbor, 1994).

uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua do capital.

Agora, só pode ser considerada uma enorme cegueira patriarcal o fato de que esses economistas – ilustrados, sensatos e estudiosos da realidade social e dos processos de reprodução e de acumulação – não consideraram em suas análises o trabalho doméstico e de cuidados, necessário para a subsistência dos trabalhadores e suas famílias. Smith reconhece a importância do trabalho realizado nas casas para a sobrevivência das crianças e a reprodução econômica familiar, mas não lhe outorga um caráter econômico. De fato, ele afirma que o trabalho das pessoas livres chega a ser mais barato que o realizado por escravos, já que os gastos de manutenção dos últimos ficam por conta do senhor; com isso, ele está reconhecendo o papel necessário do trabalho realizado nos lares (Smith, 1994).

Herdeiros dessa tradição clássica são os autores da chamada escola *sraffiana*, que tem seu desenvolvimento durante o século XX. O nome faz referência a Piero Sraffa, principal expoente de referida escola. O título da obra básica de Sraffa, *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, aponta claramente para onde se dirige sua análise: uma produção cíclica em que as mercadorias – mantendo certas proporções – podem ser *inputs* e *outputs* dos processos produtivos. No entanto, também o título já nos indica que sua preocupação estará centrada nas mercadorias, e não nos recursos provenientes da natureza, nem nos aspectos não mercantis necessários para reproduzir a força de trabalho, necessária, por sua vez, para a produção de mercadorias.

Posteriormente, outros economistas dessa escola, como Alfons Barceló, sustentarão uma ideia mais ampla de reprodução.

Postulamos que a reprodução das relações sociais de produção, junto com a de seus suportes humanos e os objetos úteis (meios de produção e bens de consumo) nos marcos de um meio natural também afetado por processos cíclicos análogos, constitui o conceito chave para alcançar uma representação científica dos fenômenos humanos e para elucidar em alguma medida sua estrutura e suas

tendências. Para descrever essas características, utilizaremos a expressão mais breve de *reprodução social*<sup>10</sup> (Barceló, 1981, p. 43).

Essa definição reconhece que as sociedades humanas produzem e reproduzem suas condições materiais de existência a partir de sua relação metabólica com a natureza, considera que há uma relação transistêmica que transpassa as características históricas da formação social. No entanto, tampouco nessa análise encontramos uma consideração aos trabalhos que estão fora do âmbito do mercado, já que sua lei básica sustenta que *“Todo sistema econômico está (...) definido (...) pela noção de reprodução de homens e bens por meio de homens e bens com a ajuda (e subsequente modificação) dos recursos naturais”*<sup>11</sup> (Barceló, 1981, p. 57).

Como se pode observar, utiliza-se o genérico “homens”, que, mais adiante, se traduz em força de trabalho, mas sem discutir os termos e nem os requisitos para sua reprodução. Finalmente, é importante mencionar um aspecto que fica, no mínimo, diluído na chamada escola sraffiana, que é a exploração, tema que para Marx foi fundamental: uma relação social entre duas classes sociais. Nos modelos sraffianos, as desigualdades aparecem ao serem tratados os temas referentes à distribuição, mas não aparecem em termos de exploração.

Agora, é preciso reconhecer que esses economistas, ao contrário dos economistas neoclássicos preocupados com o equilíbrio do mercado, mantém a necessidade de pensar a economia a partir da perspectiva da reprodução. Um princípio que podemos considerar universal, no sentido de que remete a um aspecto elementar: se não há condições de reprodução, a sociedade não terá assegurada a sua continuação. A existência de uma sociedade depende das possibilidades que tenha de reproduzir sua população, os bens e serviços necessários para sua manutenção e os *inputs* necessários para reiniciar continuamente os processos de produção. Tudo isso, mantendo uma relação de ecodependência com a natureza, que resulte perdurável e universal a partir do ponto de vista dos recursos naturais e

<sup>10</sup> Em cursiva no original.

<sup>11</sup> Em cursiva no original.

ambientais, que as gerações futuras herdarão. Uma sociedade incapaz de reproduzir suas próprias condições de reprodução está condenada – antes ou depois – a desaparecer.

Mas os processos de reprodução não necessariamente reproduzem o sistema de maneira idêntica a como existia antes do ciclo; de fato, nos esquemas de reprodução ampliada de Marx, o sistema já se modificava. De alguma maneira, os processos de reprodução ficam vinculados à dinâmica da luta e do conflito, o que não permite considerá-los em termos estáticos ou eternamente repetitivos. Os sistemas possuem elementos de estabilidade mas também elementos de mudança, de ruptura, o que impede que os entendamos de uma maneira mecanicista. Os sistemas econômicos – no nosso caso, o capitalismo – não são uma máquina, mas uma relação social e, como tal, estão sujeitos a contingência, conflitos e, em particular, às ações humanas, que atuam produzindo e reproduzindo sua vida econômica e social, modificando-se a si mesmas e a estrutura relacional em que estão imersas (Barceló, 1981; Arruza, 2016).

Definitivamente, com a formulação de suas teorias da reprodução, os pensadores clássicos e sraffianos contribuíram, por um lado, a estabelecer uma forma fértil de análise da economia, com uma determinada capacidade explicativa, mas por outro, a consolidar e legitimar uma visão patriarcal do que chamamos econômico, que marginaliza e invisibiliza o trabalho realizado basicamente pelas mulheres fora do mercado, absolutamente necessário para a manutenção da vida, a reprodução social e a acumulação capitalista. Não se trata de um simples “esquecimento”, mas sim da marginalização do conflito. A ocultação do trabalho doméstico e de cuidados despolitizou as tensões que têm lugar fora do mercado. Ao naturalizar a divisão sexual do trabalho, consideraram como único conflito social o que tem lugar nos marcos da reprodução capitalista. Por isso que a conceituação do trabalho e da economia feita pelos pensadores clássicos – criticada pela economia feminista – estabelece uma identificação simbólica trabalho-emprego.

O preocupante é que essa situação de ocultação do trabalho doméstico e de cuidados ainda se mantém nos dias de hoje. E foi legitimada dentro de um paradigma econômico androcêntrico, centrado

nas esferas masculinizadas de valorização do capital. Mas sabemos que o que não aparece nem é discutido no terreno da política se deve ao fato de que as relações heteropatriarcais foram relegadas a um conflito familiar, a algo a ser resolvido no espaço do lar. Essa é uma situação que oculta a intrincada estrutura que se estabelece entre as diferentes relações de poder (em nosso caso, fundamentalmente capitalistas e heteropatriarcais). Disso resultam as dificuldades para estabelecer diálogos transformadores, “isso mostra de forma tremendamente eloquente a limitada potência de toda luta anticapitalista” (Pérez Orozco, 2014, p. 203).

### **3. O ESPÓLIO: A ERUPÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NOS PROCESSOS DE REPRODUÇÃO (SOCIAL)**

Nos anos sessenta, a idade de ouro do capitalismo começa a viver uma série de turbulências, questionam-se traços fundamentais da modernidade que o sistema havia naturalizado: o materialismo, o consumismo, a ética do triunfo, a repressão sexual, o sexismo. Conformam-se novos movimentos sociais: movimento *hippie*, contra a guerra do Vietnã, movimento estudantil francês, movimentos de “libertação” na América Latina, etc., e, entre eles, com força, o movimento feminista. As feministas demonstraram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista. Ao politizar o pessoal, expandiram os limites do protesto para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (Fraser, 2015).

Nesse contexto, ainda que com antecedentes mais recentes, surge com força o debate sobre as diferentes dimensões do trabalho doméstico, sendo uma das mais importantes a participação do trabalho doméstico na reprodução da força de trabalho e, portanto, na “produção de mais-valia”. Uma atividade realizada fundamentalmente pelas mulheres que deve ser reconhecida como trabalho e que se mostra vital para a sustentação do capitalismo. As mulheres, como donas de casa, já não constituiriam algo diferenciado e alheio ao sistema produtivo capitalista, mas se converteriam em parte constitutiva dele, ainda que oculta; e a partir dessa invisibilidade, sustentariam a trama da economia produtiva no sentido capitalista (Galcerán, 2009).

Essa é uma situação que Dalla Costa (1977) nomeia pela primeira vez a partir de uma perspectiva feminista, e que anos mais tarde Mies (1984) amplia para a situação das colônias na sua crítica ao capitalismo: “A estratégia de dividir a economia em setores ‘visíveis’ e ‘invisíveis’ não é nova. Ela foi o método do processo de acumulação capitalista desde seu início. As partes invisíveis (...) constituíram os fundamentos da economia visível” (Mies, 1984, p. 17 apud Ezquerria, 2012, p. 129). Atualmente, essa ideia foi recuperada utilizando-se a metáfora do iceberg, cujas zonas invisíveis seriam fundamentalmente os recursos obtidos (ou espoliados) da natureza e o trabalho de cuidados; e os visíveis, o mercado capitalista, a economia financeira e o Estado<sup>12</sup>.

Nesses debates, foram determinantes as contribuições do movimento feminista italiano e, entre elas, as de Mariarosa Dalla Costa. Para essa autora, o capitalismo destruiu a família pré-capitalista e estabeleceu uma divisão entre trabalhadores assalariados e não assalariados, sendo ambos explorados pelo capital – alguns diretamente e outros indiretamente: “temos que deixar claro que onde impera o salário, o trabalho doméstico não somente produz valores de uso, mas também é uma função essencial na produção de mais-valia (Dalla Costa, 1977, p. 39), quer dizer, o valor de que falava Marx não é criado somente no trabalho que diretamente produz mercadorias, mas também no trabalho que produz e reproduz a força de trabalho. Essa última não é criada e nem se desenvolve de forma natural, deve ser produzida e reproduzida como condição básica e necessária para a reprodução do sistema socioeconômico.

A discussão levou diretamente a afirmar-se o caráter essencial ou necessário do trabalho doméstico para o capitalismo, baseado no papel fundamental que têm na reprodução da força de trabalho, “(...) o capitalismo nunca satisfêz totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção de mercadorias; e é por isso que manteve o trabalho doméstico, que assumiu uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho” (Gardiner, 1975, p. 86). Assim, “a invisibilidade do trabalho doméstico esconde o segredo de toda a vida do capital: a fonte do

---

<sup>12</sup> Falaremos mais adiante sobre o uso da figura do iceberg para simbolizar a insustentabilidade do sistema.

lucro – o trabalho não assalariado – deve ser desvalorizado, naturalizado, considerado um aspecto marginal do sistema” (Caffentzis, 1999, p. 176).

Definitivamente, encontramos-nos diante de um ponto de inflexão na forma de olhar o trabalho das mulheres nos lares: de ser um serviço para os homens, uma atividade realizada “por amor”, um suposto desejo das mulheres de ser a “casada perfeita”, chega-se a estabelecer, pela primeira vez, que a sobrevivência do sistema capitalista depende de um trabalho – o doméstico – “produtor” de mais-valia. Começa-se a visibilizar o espólio (nas palavras de Federici, 2010) que o sistema capitalista faz com o trabalho realizado nos lares. A acumulação capitalista seria, então, um processo contínuo de despossessão do trabalho doméstico, no sentido da apropriação que o capital realiza do referido trabalho para sua reprodução, e que varia em intensidade segundo o momento socioeconômico – porém, sempre gerando pobreza e sofrimento humano.

Algumas autoras destacam essa afirmação como ponto de partida da economia feminista (Picchio, 1992). O trabalho realizado nas casas se converte, assim, na ligação entre o âmbito doméstico e a produção capitalista, ligação que deve permanecer oculta para, por um lado, facilitar o espólio do trabalho não-assalariado pelo capital, por outro, tornar possíveis formas muito desiguais de distribuição de renda, da riqueza e do tempo de trabalho de acordo com o sexo/gênero, que têm diferentes consequências na vida de mulheres e homens.

A visibilidade da estreita relação entre a produção de mercadorias e o trabalho doméstico levou a tentativas de analisar a produção material e a reprodução humana como subsistemas constitutivos de um sistema social, ou como modos de produção e reprodução, respectivamente, ambos situados no mesmo nível conceitual, relacionados entre si como entidades teóricas separadas, com uma certa autonomia relativa e estruturados sob diferentes relações e condições de reprodução (Humphries; Rubery, 1984; Bryceson; Vuorela, 1984; Carrasco, 1991)<sup>13</sup>. Propostas estas que juntavam

---

<sup>13</sup> O papel do trabalho doméstico também foi estudado em uma aproximação quantitativa, valorizando os diferentes recursos utilizados pelos lares em sua subsistência (dinheiro, serviços públicos e trabalho doméstico) e discutindo, segundo níveis de renda, a participação que cada um deles representa no processo de reprodução do lar (Carrasco et al., 1991). Seria interessante

elementos dos sistemas reprodutivos *sraffianos* e das contribuições do debate sobre o trabalho doméstico. Cabe destacar que, apesar de estipular-se que ambos âmbitos se situavam no mesmo nível, já se afirmava a maior importância da vida humana, mas como condição necessária de permanência, e não tanto como objetivo em si mesma, tal como sustenta hoje a economia feminista. “No entanto, a reprodução da vida humana, inserida na reprodução social, é o objetivo último, a condição de possibilidade da reprodução de qualquer sistema social” (Carrasco, 1991, p. 303).

As ideias anteriores tomaram corpo no chamado “esquema produção-reprodução”, que no seu tempo foi útil e esclarecedor porque colaborou com a visibilização do trabalho doméstico, mas apresentava um problema: reproduzia a antiga dicotomia liberal denunciada por Pateman (1966), desvirtuava a realidade e dificultava a análise a partir do objetivo das condições de vida da população.<sup>14</sup>

Recuperar a parte “invisibilizada” da realidade significou nomeá-la. A variedade de termos usados desde então dão conta da complexidade do processo e dos posicionamentos teóricos e políticos. A terminologia para designar um conceito não é gratuita, as palavras são reflexo da realidade que se quer mostrar. Assim, ao longo da recuperação deste trabalho oculto e de suas funções, foram surgindo distintas denominações que poderiam dar-lhe significado. Esse é um tema não só semântico, mas que representava o interesse pela delimitação das atividades compreendidas pelo conceito, bem como sua posição e valorização social.

---

repetir essa análise periodicamente para ver as possíveis mudanças nos processos de reprodução e, por exemplo, poder observar os efeitos da crise sobre os recursos utilizados pelos lares para sua subsistência. Lamentavelmente, não existe a informação necessária para realizar esse tipo de análise.

<sup>14</sup> De acordo com a crítica à dicotomia público-privado realizada originalmente por Pateman, o que se ocultava por trás da nova ordem social apresentada como universal e igualitária era a rígida distribuição de papéis entre os sexos e a desigualdade que isso implicava, estando as mulheres em uma situação de sujeição aos homens. A oposição entre esfera pública e esfera privada refletia então uma oposição desigual entre mulheres e homens. As mulheres ficavam excluídas do pensamento liberal sob um falso universalismo (Pateman, 1996; Del Re, 1998; Agra, 1999).

Uma clara consequência do esquema produção-reprodução foi o uso dos termos “trabalho de reprodução” ou “trabalho reprodutivo”, denominação que ainda não foi abandonada e que, no entanto, apresenta uma série de problemas. Por um lado, mantém a visão dicotômica produtiva-reprodutiva, terminologia que acentua a separação dos dois âmbitos, reconhecendo que os trabalhos são atividades diferentes e separadas realizadas de forma paralela. Mais ainda, a atividade com definição e valorização própria continua sendo a produtiva, e a outra, a reprodutiva, somente pode existir na medida em que se reflete na anterior. Constatase, então, que o enfoque produção-reprodução não permite escapar da dimensão patriarcal. Por outro lado, havia um problema com a disciplina econômica. Como vimos no ponto anterior se desenvolveu na economia o denominado enfoque reprodutivo, perspectiva que leva em consideração não somente os processos produtivos, mas também as condições de reprodução de ditos processos: produz-se e se reproduz (para o mercado), produção e reprodução de mercadorias são parte de um mesmo processo. Daí que não pareça adequada a denominação “trabalho reprodutivo”. De fato, por um lado, nos lares também se produz: comida, roupa, serviços, etc., dependendo sua diversidade basicamente da quantidade e qualidade do nível de renda do lar e, por outra, certa produção de mercado e alguns serviços públicos participam da reprodução das pessoas.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Outra denominação que tem sido utilizada para o trabalho nos lares é “trabalho não-remunerado”. Com relação a esse termo, há um debate que segue pendente desde a primeira formulação de Dalla Costa e James (1977). Sobre esse debate – ainda que não seja exatamente o tema deste artigo –, gostaria de fazer uma breve nota. Em primeiro lugar, quando Dalla Costa e James trouxeram o tema, fizeram-no em termos de um “salário pelo trabalho doméstico”, o que significa que, se uma pessoa faz trabalho doméstico mas também participa no mercado de trabalho, deveria receber dois salários: dois salários por dois trabalhos. Outra situação muito diferente é o “salário para a dona de casa”, com o qual se entende que se faz referência a uma dona de casa em tempo integral. Nesse caso, não se trataria de um salário, não se estaria remunerando um trabalho, mas se trataria de uma transferência para que a pessoa permanecesse em casa. Consideremos, como exemplo, dois casos extremos. Primeiro, uma mulher dona de casa em tempo integral. Essa mulher realiza trabalho doméstico e, em troca, recebe sua subsistência. Subsistência esta que dependerá não do trabalho que ela tenha realizado, mas da classe social e da vontade do marido. Portanto, não se remuneraria o trabalho, não seria um salário, mas sim uma espécie de transferência, o que permitiria realizar uma análise por classes sociais. Por outro lado, se consideramos uma mulher que vive sozinha, trabalha no mercado

Definitivamente, e voltando ao esquema produção-reprodução, em minha opinião, há alguns determinantes que exigem transcender a dicotomia: o esquema não permite compreender e aprofundar nas relações dinâmicas entre os dois trabalhos e espaços, não permite entender os processos de produção, reprodução e trabalho como um só processo muito mais complexo, cujo objetivo deveria ser a satisfação das necessidades humanas. Portanto, obscurece o fato de que o eixo central da sociedade deveria ser a complexa atividade realizada nos lares, que permite às pessoas crescer e desenvolver-se como tais. Fica ambíguo o espólio do trabalho doméstico que significa o processo de acumulação de capital; a violência que ele exerce não só sobre o trabalho que as mulheres realizam nas casas, mas também sobre outras formas de trabalho não monetizadas e sobre a natureza.

#### **4. CAPITAL-VIDA: UM CONFLITO (COM MAIÚSCULA)**

Seguindo o fio argumentativo do artigo, nos deteremos em um conceito confuso, porém relevante: o de reprodução social. A ideia de reprodução social é um conceito mais potente e inclui diferentes trabalhos e processos. Como afirmei no início, esse conceito já havia sido utilizado por alguns autores sraffianos para designar os diferentes elementos a serem considerados nos processos de reprodução. Nos marcos da economia feminista, o conceito surge nos anos sessenta e setenta a partir do feminismo italiano, e é anterior ao esquema produção-reprodução, ainda que com um desenvolvimento posterior, e sem que tenha sido generalizado entre as autoras que têm tratado do tema.

Atualmente, a ideia mais ampla que se utiliza entenderia a reprodução social como um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica (considerando as distintas espécies e sua estrutura ecológica) e a da força de trabalho. Incluiria também as

---

e realiza o trabalho doméstico de seu lar, neste caso ela estaria se autorremunerando por seu trabalho em casa, já que se apropria do produto. A análise de cada situação permitiria observar para onde circulam as transferências de trabalho, dinheiro e espécies quando as pessoas vivem em casal.

práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida. Um conceito que permite dar conta da profunda relação entre o econômico e o social, que não separa produção e reprodução, que situa a economia desde uma perspectiva diferente, outorgando prioridade às condições de vida das pessoas, mulheres e homens.<sup>16</sup>

A diferença do feminismo com outras correntes de pensamento que trabalharam com o processo de reprodução social é a consideração dos trabalhos de cuidados realizados nos lares como parte relevante do processo. A conceituação dos processos de reprodução social não incluía o cuidado como aspecto constituinte e fundamental até que ele foi visibilizado e nomeado a partir do feminismo. Assim, a ideia de reprodução social se amplia para incorporar os cuidados, mas também, simultaneamente, amplia-se o conceito de cuidado para considerar como tais todos aqueles trabalhos orientados para o cuidado da vida – serviços de saúde, de atenção direta, etc. – realizados fora dos lares.

Muito se escreveu e se debateu sobre o cuidado<sup>17</sup>. Basicamente, o que chamamos de cuidado é algo inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela<sup>18</sup>. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana. Em relação a isso, há dois aspectos relevantes relacionados ao tema que estamos trabalhando; um deles trata das relações heteropatriarcais e o outro das relações capitalistas<sup>19</sup>. Em primeiro lugar, os cuidados (e

---

<sup>16</sup> Entre as autoras que trabalharam o conceito desde essa perspectiva, estão Molyneux (1979), Benería (1981), Bakker (1998, 2003), Picchio (1992, 1999, 2001, 2009), Arruzza (2016).

<sup>17</sup> Destacarei somente algumas dimensões relevantes para a trajetória que agora tento reconstruir. Para o conjunto de toda a reflexão remeto à ampla bibliografia existente. Como textos básicos, destacam-se Pérez Orozco (2006a, 2014) e Carrasco *et al* (2011).

<sup>18</sup> A vida vegetal se mantém sozinha se não há uma intervenção humana que a destrua; a vida animal tem diferentes características segundo a espécie, mas aqueles que requerem mais cuidados são os mamíferos, particularmente, os humanos, que requerem cuidados durante todo o ciclo vital.

<sup>19</sup> Não entraremos no antigo debate sobre a relação patriarcado-capitalismo. Entendemos que

o autocuidado) respondem a diferentes necessidades humanas básicas, como comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas porque, pelo menos na parte do planeta que habitamos, estão encobertas (ou estavam antes de 2008), mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. São resolvidas no interior dos lares como se fosse algo natural; mas não é. Aí atua a “mão invisível” (e o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar. Como diz Marçal (2016): “Se (Adam Smith) tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio. Adam Smith também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias” (Marçal, 2016, p.29). Mas ele foi incapaz de perceber isso e, portanto, de teorizá-lo.

A partir desta perspectiva, o cuidado pode ser entendido como um afeto a mais, um “*plus* afetivo” que as mulheres dedicam aos homens, às crianças e aos idosos e/ou com alguma dificuldade para desenvolver sua vida cotidiana, que representa um enorme gasto de energia feminina, denominado por uma autora como mais-valia emocional (Hochschild, 2001). Esta é a razão pela qual a participação das mulheres no mercado de trabalho tem um limite. Ainda que as mulheres tenham reduzido o trabalho doméstico e de cuidados, dedicando menos tempo a trabalhos como cozinhar, passar, etc. e tenham feito com que a fecundidade ficasse muito abaixo do nível de reposição, dificilmente uma mulher estará disposta a comprometer o bem-estar familiar que depende dela. “Tudo que está vivo exige que o limite seja respeitado, é esse limite o que permite assegurar os seus ciclos vitais. Trata-se do mesmo problema que será encontrado anos depois em relação ao tema da terra” (Dalla Costa, 2006, p. 64). Aqui a autora já está fundamentando uma reflexão posterior sobre a interdependência entre as pessoas e a ecodependência com a natureza.

Os cuidados falam sobre a nossa vulnerabilidade. Nascemos e vivemos em corpos e mentes frágeis e vulneráveis que exigem cuidados ao longo de todo o ciclo vital: cuidados do corpo, na saúde, afetivos, amorosos,

---

o sistema é um só, no qual a confluência das distintas relações de desigualdade criou uma estrutura específica.

psicológicos. Cuidados absolutamente necessários, que sustentam cotidianamente os corpos. Não se trata, portanto, de que alguém queira ou não fazê-los, nem de que se goste ou não; é simplesmente uma condição humana e é preciso realizá-las. Negar os cuidados é negar a própria vida. Neste sentido, o cuidado tem uma dupla dimensão: por um lado, é um direito individual, por outro, é uma responsabilidade coletiva. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais<sup>20</sup>. O cuidado não é um assunto de mulheres.

A relevância do cuidado como base da vida e do sistema econômico permite situar este trabalho no centro da reprodução social e as mulheres como sustentadoras de toda a estrutura social e econômica; da própria vida, em definitivo. Efetivamente, só a enorme quantidade de trabalho e de cuidados que as mulheres realizam desde sempre permite que o sistema econômico e social possa seguir funcionando.

Portanto, podemos afirmar que o trabalho de cuidados apresenta um significado duplo. Por um lado, no nível macro, constitui um elemento fundamental para a reprodução social e, por outro, no nível individual, é parte constitutiva da nossa condição humana e determina, em grande medida, a vida das pessoas, com diferenças notáveis entre mulheres e homens (Picchio, 2010). Isto se traduz em uma tensão tripla: a que se produz entre a suposta autonomia da produção capitalista e sua necessidade de trabalho não monetizado, a que emerge no terreno da vida cotidiana entre homens e mulheres, e a tensão interna que vivem as mulheres ao terem que se deslocar continuamente de seu papel de cuidadoras no âmbito doméstico a um mundo mercantil que funciona com parâmetros masculinos de eficiência e competitividade (Carrasco, 2016).

Pois bem, todos os processos e relações que participam da reprodução social não são neutros, pois são atravessados pelas diversas relações de poder: heteropatriarcais, capitalistas, de raça/etnia, etc. “Devemos considerar que o âmbito da reprodução social também é

---

<sup>20</sup> O que não implica que é preciso cuidar, necessariamente, da pessoa que cuidou de nós ou alguma outra pessoa específica. Trata-se simplesmente de saber cuidar, expressar uma disposição para realizá-lo e conceder o valor que lhe corresponde.

determinante na formação da subjetividade e, portanto, é determinante também das relações de poder” (Arruzza, 2016, p. 20). Relações de poder e múltiplas dominações que, no capitalismo, se articulam e se sustentam reciprocamente, sendo dificilmente separáveis umas das outras; como indiquei anteriormente, o capitalismo é uma relação social e, portanto, possui elementos de estabilidade, mas também está sujeito a mudanças, a possíveis rupturas. Isto é, a conflitos que poderiam alterar a ordem dominante. A este respeito, a análise a partir da reprodução social e, particularmente, a partir do trabalho não-remunerado participante em tal processo, amplia o debate e pressiona uma mudança na análise de classe marxista, ampliando-o a outras dominações e/ou explorações. E, como se verá adiante, propicia melhores explicações sobre a crise da reprodução social ao incorporar conflitos que vão mais além dos conflitos de classe.

Ver o mundo a partir da reprodução social permitiu contestar a caracterização das crises como apenas econômicas ou financeiras e entendê-las em termos amplos, abrangendo todos aqueles aspectos intimamente relacionados com as condições de vida das pessoas. “Só a teoria feminista da reprodução social (...) pode oferecer uma explicação convincente da atual crise porque leva em consideração a luta contra o trabalho reprodutivo e suas consequências na acumulação capitalista” (Dalla Costa, 1999, p. 8).

Com a expansão do capital, as contradições sociais locais se deslocam para uma contradição universal entendida como uma contradição entre a acumulação capitalista global e a manutenção de condições aceitáveis de reprodução social para toda a população (Bakker, 2003). Situação que, comandada por mecanismos neoliberais que subordinaram a reprodução social à acumulação de capital, produziu o que se conhece como crise da reprodução social, com efeitos devastadores para uma parte importante da população mundial, particularmente nos países menos industrializados. Tudo isto tem a ver com reduções no gasto público em saúde pública, educação e políticas sociais em geral, com processos de privatização, desregulamentação e a chamada crise dos cuidados. Como consequência, se produz uma enorme insegurança na vida cotidiana que apresenta uma ordem de gênero, por serem as mulheres as responsáveis pela manutenção

da vida socialmente: o que foi chamado de feminização da sobrevivência. “Podemos caracterizar a crise da reprodução social por três processos que estão interrelacionados: o aumento generalizado da precariedade da vida, a proliferação das situações de exclusão e a multiplicação das desigualdades sociais” (Pérez Orozco, 2014, p. 189). Situações que afetam de diferentes modos o conjunto social, no qual existem grupos sociais que podem ter se favorecido com a crise, inclusive.

A reprivatização produziu uma maior promoção dos serviços por parte do mercado, isto é, criou novas fontes de acumulação para o capital e também reforçou a naturalização, um retorno ao lar – “de onde [as mulheres] nunca deveriam ter saído” – de tudo aquilo relacionado ao cuidado, entendido socialmente como uma responsabilidade feminina. No conjunto, isto implica uma intensificação da exploração no sentido de transferir mais trabalho para os lares, particularmente, para aqueles que têm menor nível de renda. A apropriação do trabalho não-remunerado é parte constitutiva do processo capitalista, e como este é um processo contínuo, mesmo durante as crises o processo de privatização aprofunda essa despossessão. E se a acumulação primitiva foi violenta, esta também é, de outra maneira, mas ainda violenta. Também é mais lenta, contínua, acontece ao longo de toda a vida, com uma exploração que é diária, marcando as relações e as formas de vida e roubando, todos os dias, a energia e o tempo de milhões de mulheres<sup>21</sup>.

Foi indicado que no Sul Global há uma crise de reprodução social, entendida como a dificuldade de reproduzir a vida em condições dignas, ou que simplesmente possa ser uma vida e não um exercício de sobrevivência.

---

<sup>21</sup> Segundo as informações da última Pesquisa de Uso do Tempo 2009/2010 realizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), da Espanha, se pode observar três fatos: primeiro, em relação aos homens, as mulheres trabalham aproximadamente uma hora a mais por dia, considerando ambos os trabalhos; segundo, os trabalhos estão distribuídos de modo muito desigual: elas dedicam aproximadamente dois terços do tempo que eles dedicam ao mercado de trabalho; por outro lado, eles dedicam menos da metade do tempo que elas dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados e, em terceiro lugar, para viver nas atuais condições da sociedade espanhola, por pessoa e por dia, são dedicadas mais horas no trabalho realizado nos lares do que no mercado de trabalho (32 minutos diários de diferença). Tudo isso considerando que o trabalho de cuidados não está bem limitado e que, portanto, seu valor real seria muito superior ao que as pesquisas oferecem.

Por outro lado, no Norte, o tema estaria centrado em uma dimensão específica desta crise – o problema do cuidado das pessoas, em particular das pessoas idosas – denominada crise dos cuidados. Entretanto, acredito que em termos gerais podemos falar, tanto no Sul quanto no Norte, de uma crise da reprodução social, com características e graus diferentes, muito mais aguda no Sul Global.

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o envelhecimento demográfico considerável devido à queda da fecundidade e a escassa responsabilidade social e masculina no cuidado da população levou à chamada crise dos cuidados: a suposta oferta de trabalho infinita das mulheres não era bem assim. Muitas páginas<sup>22</sup> foram escritas sobre esta crise. Aqui quero destacar apenas alguns aspectos relacionados com o tema que nos ocupamos. Em primeiro lugar, por não haver uma resposta social para o problema, as classes médias e altas buscaram uma falsa solução: contratar mulheres pobres de países mais pobres para que assumissem uma situação que nós (europeus) não fomos capazes de dar uma resposta: o cuidado da nossa população. Um final reacionário para a crise, como indicou Amaia Pérez Orozco (2010), posto que, como é óbvio, não é uma solução que se estende a toda a população, nem mesmo a toda a população local. Em 2001, Hochschild já nos alertava sobre esta situação, ao falar sobre “cadeias mundiais de afeto”, conhecidas posteriormente como “cadeias globais de cuidados”.

Esta globalização do cuidado nunca foi tratada pelos economistas como parte dos processos de globalização. Novamente, houve uma invisibilização dos trabalhos de cuidados, mas desta vez ocultando um conflito globalizado: um processo de despossessão (do trabalho não-remunerado) internacionalmente, necessário para uma reestruturação do capitalismo, uma nova ordem mundial de acumulação que permita recuperar as taxas de lucro no Norte, um ataque brutal às condições de vida das pessoas do chamado Sul. É surpreendente a capacidade de ocultamento do papel das cadeias de cuidados, sem as quais seria muito difícil compreender a atual organização social e do trabalho no Norte. As

---

<sup>22</sup> Uma das autoras de referência no tema é Amaia Pérez Orozco. Ver fundamentalmente Pérez Orozco (2009, 2010, 2011, 2013) e Pérez Orozco e Gil (2011).

cadeias de cuidados são uma das respostas desenvolvidas pelas mulheres como estratégias de sobrevivência; uma transnacionalização do trabalho que intensificou as diferenças e desigualdades entre as próprias mulheres – tanto do Norte quanto do Sul –, particularmente por questões de classe e raça/etnia. Mais ainda, é a própria situação que exige a perpetuação das desigualdades entre as mulheres: “Se o salário-hora de uma diarista não continua sendo consideravelmente inferior ao da pessoa que de outro modo se ocuparia da limpeza (a mulher na família ocidental), não compensará contratar ajuda doméstica” (Marçal, 2016, p. 65). Novamente, surgem estratégias feminilizadas, globalizadas e invisibilizadas, em uma tentativa de manter as condições de vida das pessoas do lar. O problema fundamental é que o trabalho doméstico e de cuidados não é discutido no terreno político, sua dimensão social é ocultada e a possível solução é deixada nas mãos das mulheres. Novamente, uma dupla tensão. Por um lado, o capital atacando as formas de vida, insistindo na despossessão e por outro, as mulheres resistindo, tentando manter a vida inclusive às custas da sua própria vida. Conflito (com letra maiúscula) capital-vida.

## **5. RUPTURA E SUSTENTABILIDADE: A VIDA NO CENTRO**

A crise multidimensional ou a crise de reprodução social não foi, como se tentou demonstrar, uma crise econômica financeira, mas algo que vai muito além: um aprofundamento dos mecanismos de exploração do sistema socioeconômico – capitalista heteropatriarcal – que tem como objetivo a acumulação e lucros materiais. Um sistema depredador que está preocupado com as condições de vida das pessoas, que na ânsia por lucro, está colocando em perigo o planeta e as condições ambientais de vida, que mantêm condições de trabalho inaceitáveis a uma parte relevante dos /as trabalhadores/as e que se aproveita do trabalho de cuidado das mulheres para dispor de força de trabalho a custos muito abaixo do real.

O lema “não é uma crise, é o sistema” manifestado pelo 15M em Madri, em 2011, denunciava de modo magistral, em sete palavras, a insustentabilidade do sistema. Colocava em evidência a impossibilidade estrutural do modelo de acumulação capitalista para dar resposta às

necessidades vitais das pessoas. Existe um conjunto de elos que deveria sustentar a vida, mas que no sistema no qual vivemos se mostra totalmente insustentável (Carrasco e Tello, 2011).

No nível mais básico, está a natureza, da qual a vida depende e sempre dependeu. Ser sustentáveis nesse primeiro nível mais básico significa manter esta relação de interdependência de nossas sociedades com a natureza, por um caminho coevolutivo – sempre aberto e cambiante – que seja perdurável a partir do ponto de vista dos recursos naturais e serviços ambientais, tanto para as gerações futuras como para as atuais. No entanto, a interação que a economia capitalista, a sociedade patriarcal e a cultura tecnológica androcêntrica mantêm com a natureza são as responsáveis pelos crescentes problemas ecológicos locais e globais. Ao qual se soma – mais além dos graves problemas de desigualdade, pobreza e miséria já existentes – as novas formas de empobrecimento que derivam da própria degradação ambiental.

Em segundo lugar, está o âmbito do cuidado. Quando a vida começa, é preciso cuidá-la, particularmente a vida humana, devido à sua enorme vulnerabilidade. Para nós, este é o âmbito fundamental, já que é o centro da criação e recriação da vida. Aí crescemos, somos socializados, adquirimos uma identidade, etc., através de bens, serviços e cuidados emocionais produzidos fundamentalmente pelas mulheres, que assumiram a responsabilidade de uma árdua e silenciosa tarefa, que foi desvalorizada pela sociedade heteropatriarcal e que nunca foi reconhecida pela economia.

Em terceiro lugar, encontramos o que chamamos de comunidade. Como todos os demais, este também é um espaço que foi sendo modificado ao longo da história. Desde os tempos antigos e até épocas mais recentes, o espaço dos lares e das comunidades mantinham relações muito fluídas e estreitas. As condições de vida vigentes implicavam produzir, trabalhar e viver em um meio social coletivo mediante relações muito pouco mercantis, onde predominava ou subsistia a gestão comunal dos recursos naturais básicos. Atualmente, ainda que estas formas de comunidade sigam existindo de forma minoritária, foram sendo criados outros tipos de comunidades e redes sociais muito diversas, próximas geograficamente ou

não, que continuam sendo de importância vital para a participação cidadã e para a coesão social.

Como quarto elo da cadeia aparecem os Estados. O funcionamento do sistema capitalista requer a existência do Estado, pela simples razão de que sem normas, leis ou regulamentações que estabelecem e obrigam a cumprir, através da coerção ou repressão, o intercâmbio mercantil dificilmente poderia se desenvolver. Agora, para cumprir bem suas obrigações – estar a serviço de poderes econômicos privados – os Estados e seus governos necessitam legitimar-se, e o fazem aproveitando-se de culturas, sentimentos religiosos e relações heteropatriarcais presentes na sociedade. Por esse motivo que qualquer nova proposta de transformação social mais além do capitalismo deve redefinir as funções do Estado ou qualquer outra forma de organização e deve assumir como articulação entre a produção extradoméstica<sup>23</sup>, as comunidades, os espaços domésticos do cuidado e da natureza.

Finalmente, se situa a produção do mercado capitalista, que costuma ser chamada ironicamente de economia real (como se tudo o que foi dito anteriormente fosse virtual), que inclui a produção de bens e serviços produzidos pelas empresas para o mercado (ou oferecidos pelo setor público cujo destino é o mercado), sendo seu único objetivo a obtenção do lucro máximo, sem considerar, para isso, as condições de vida das pessoas que passam a ser uma “externalidade” e os efeitos sobre a natureza.

Contudo, os elos da cadeia estão intimamente interligados, apresentando fortes relações de dependência e de espoliação entre eles. Para o nosso objetivo, é interessante mencionar, em primeiro lugar, a dependência de toda a cadeia no primeiro elo. Os problemas ecológicos que vivemos atualmente: esgotamento de recursos, contaminações diversas, etc., são ocasionados pela nossa atual estrutura de produção e consumo, que só leva em conta o crescimento econômico, sem se preocupar em manter uma relação equilibrada com o meio ambiente, isto é, em poucas palavras, uma espoliação da natureza por parte da produção capitalista.

---

<sup>23</sup> Denomino produção extradoméstica aquela que se dá fora das casas. Provavelmente, funcionaria em um mercado, mas teria que ser em mercados cujas leis fossem totalmente diferentes às leis que regem os mercados capitalistas.

Em segundo lugar, a dependência mútua entre o espaço de produção capitalista e o âmbito do cuidado: na nossa sociedade, a maior parte da população precisa do salário para adquirir no mercado bens e serviços necessários para sua manutenção e as empresas precisam da força de trabalho que os lares oferecem a um valor abaixo do seu custo. Processo que significa uma segunda espoliação por parte do capitalismo, desta vez dirigido ao trabalho não-remunerado realizado basicamente pelas mulheres.

Por outra parte, os elos estão atravessados por distintas relações de desigualdade: capitalistas, heteropatriarcais, de raça e etnia, neocoloniais..., que atravessam toda a cadeia. Mas também encontramos, nos elos da base da cadeia e em alguns interstícios dos elos superiores, relações de reciprocidade, de afeto e/ou doação. Todas estas relações se entrecruzam, algumas delas coabitam, simultaneamente, em determinados âmbitos, épocas ou lugares. O que é importante e necessário é torná-las explícitas para transformar as atuais relações de exploração capitalistas e heteropatriarcais em relações solidárias e cooperativas (Carrasco e Tello, 2011).

A representação da forma de funcionamento do sistema através da cadeia de sustentação foi simbolicamente identificada como “economia do iceberg”. Por cima da linha de flutuação estaria o Estado e a produção e o mercado capitalista, espaços que existem há aproximadamente quatro séculos somente. Por outro lado, embaixo da linha estariam a natureza, a economia do cuidado e as comunidades, isto é, os espaços que mantêm a vida humana. Espaços que ficam ocultos à disciplina econômica, o que permite desconsiderar toda a responsabilidade sobre as condições de vida das pessoas. Estes espaços – fundamentos do “iceberg” – são sistêmicos, existem em todos os sistemas socioeconômicos, ainda que com características distintas, mas sempre com a função de sustentabilidade da vida.

Resumindo, o atual funcionamento de nossas sociedades baseado no máximo lucro privado é totalmente insustentável. A acumulação e a sustentabilidade da vida têm lógicas diferentes, ritmos e exigências diferentes; são objetivos irreconciliáveis; opta-se por algum deles e o outro fica sob o domínio e a serviço do primeiro. A produção e o mercado

capitalista estão minando as bases da sustentação do sistema social. Os mercados capitalistas se situam no epicentro da estrutura socioeconômica: seus processos, ritmos e lógicas se impõem ao conjunto social e colocam a vida, em um sentido amplo, a seu serviço. Eles têm poder para impor seu próprio processo e legitimar suas necessidades como se fossem as de todo o conjunto social (Pérez Orozco, 2014).

A natureza e o trabalho doméstico e de cuidados são os dois pilares básicos no qual o sistema econômico atual se apoia. E ainda que se queira ignorá-los, sem eles o sistema seria derrubado. Parte do crescimento econômico e do lucro provém destas duas fontes: aceleração dos ritmos da exploração ou da extração dos recursos naturais e intensificação do trabalho de cuidados realizado fundamentalmente pelas mulheres.

Esta situação nos conduz à pergunta: o que queremos dizer quando falamos de sustentabilidade da vida? Utilizei este termo pela primeira vez em um artigo de 2001, “A sustentabilidade da vida humana, um assunto de mulheres?”<sup>24</sup>, e desde então me parece uma ideia potente, que deve ser aprofundada e ampliada e a qual eu dediquei algumas páginas a mais, tanto individualmente, quanto em colaboração<sup>25</sup>.

O conceito de sustentabilidade da vida é complexo devido às múltiplas dimensões que implica, mas na minha opinião, apresenta vantagens em relação ao de reprodução social. É mais explícito porque considera que o objetivo é a vida (humana e não só humana apenas), permite de forma mais clara dar conta da relação profunda entre o econômico e o

---

<sup>24</sup> No Brasil, foi publicado em FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Produção do viver. Cadernos SOF, São Paulo, p. 11-49, 2003. Título original: *La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?* [N. do T.]

<sup>25</sup> Entre estes últimos, destaco especialmente dois: o primeiro, escrito em 2006 em colaboração com duas amigas, Anna Bosch (que já não está mais conosco) e Elena Grau, onde se estabeleciam pontos de encontro entre o feminismo e ecologismo; e o segundo, escrito com Enric Tello, em 2011, e comentado mais acima. Como fruto de sucessivos encontros nos cursos de verão da Universidade Complutense de Madrid no Escorial, oferecidos com amigos da Rede de Economia Crítica, publicamos no número 14 da Revista de Economia Crítica (2012) um artigo que tinha como título *Por una economía inclusiva. Hacia un paradigma sistémico*. O objetivo era fazer uma contribuição ao processo de construção de um marco geral de interpretação da atividade econômica a partir de diferentes enfoques: a economia ecológica, a economia feminista e a economia política.

social, considera as múltiplas interdependências e interrelações entre o ecológico, o econômico, o social, o humano, concebendo como prioridade, como objetivo fundamental, as condições de vida das pessoas, mulheres e homens e, explicitamente, é uma aposta política para transformar as relações de poder capitalistas heteropatriarcais. Ocultar as relações de interdependência relacional só conduz a uma sustentabilidade impossível. É necessário torná-las transparentes se pretende-se transformar as atuais relações de exploração (da economia de mercado capitalista sobre o planeta e sobre o âmbito doméstico) em relações cooperativas e respeitosas.

Nos artigos anteriores, eu tinha definido a sustentabilidade da vida partindo de dois princípios que necessariamente deveriam ser tratados de forma interrelacionada, para não correr o risco de deturpar o objetivo (Carrasco, 2014; Carrasco et al., 2014, Carrasco, 2016). O primeiro princípio é universal, rigoroso e sensato, de tal modo que, se formos honestos/as na análise da realidade socioeconômica, é impossível ocultá-lo. Trata-se de uma ideia de reprodução discutida anteriormente: se as condições de reprodução não acontecem, a continuidade da sociedade é assegurada. Neste conceito de reprodução, entende-se que uma relação de ecodependência respeitosa com a natureza é mantida, evitando sua degradação e assegurando a vida das gerações presentes e futuras. O segundo princípio é ético-político-ideológico e, portanto, não tinha porquê ser universal. Depende de como cada uma ou cada um estabeleça seus objetivos ou prioridades sociais. A partir da economia feminista estabelece-se uma ruptura com o objetivo das sociedades capitalistas centrado no benefício privado e considera-se que o objetivo social deveria ser as pessoas – mulheres e homens de todas as idades – e suas condições de vida; o que em breve seria chamado de bem viver ou bem-estar. Portanto, vemos que a reprodução é uma condição necessária para a permanência temporal, mas não é condição suficiente para uma vida boa.

Sabemos que existe a urgente necessidade de tornar visível a parte oculta do iceberg, mostrar seu funcionamento e dar valor às bases de sustentação da vida. Para isso, devemos eliminar o iceberg, pelo menos em sua forma atual. Os elementos superiores teriam que se transformar em formas de organização diferentes às dos Estados e da produção capitalista

atuais. E as relações heteropatriarcais deveriam dar lugar a relações mais igualitárias de reciprocidade e solidariedade entre mulheres e homens.

Para que a vida seja sustentável, os diferentes âmbitos devem formar uma sustentabilidade multidimensional, sendo cada um deles sustentável em interdependência com os demais. Não se trata, portanto, de tentar um equilíbrio entre os diferentes espaços, que seria a visão particular de quem tem poder, mas de alterar o paradigma, uma mudança na perspectiva.

A análise a partir da sustentabilidade permite observar as possibilidades de continuidade da sociedade, não só para o período atual em âmbito universal, mas também para as próximas gerações; além disso, permite constatar a qualidade de vida e o nível de igualdade e justiça social que vive a população, mulheres e homens (Carrasco, 2014). Trata-se de um conceito dinâmico, onde importa tanto a análise do conflito, como a possibilidade de mudança, debatendo continuamente de que modo se cria, recria e se gestiona o poder. A dupla poder e economia é indissolúvel. “O conceito de sustentabilidade da vida não pretende captar essências, mas processos (...) busca abrir um espaço para o conjunto das relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e que estão em um estado de mudança contínua (Pérez Orozco, 2006b, p. 234). Definitivamente, sustentar a vida – eliminar a despossessão – representa dissipar o conflito capital-vida, substituindo o objetivo da acumulação de capital pela centralidade da vida.

Posicionar a vida humana como objetivo se traduz em um terreno concreto, das pessoas poderem desenvolver uma vida digna e satisfatória, com boas condições de vida, aquilo que é conhecido na tradição andina como o bem viver. Ou seja, são diferentes nomes que pretendem dar conta de algo semelhante, mas cujo conteúdo não é fácil definir<sup>26</sup>. De qualquer modo, trata-se de processos que não têm fim, que estão em contínua redefinição, construção e reprodução, que vão sendo construídos na prática.

---

<sup>26</sup> Ainda que tenhamos antecedentes importantes: por um lado, as reflexões sobre as necessidades básicas iniciadas no início dos anos oitenta do século XX e por outro lado, as ideias sobre as capacidades e o bem-estar multidimensional definidas originalmente por Amartya Sen. Entre estes/as autores e autoras estão Ingrid Robeyns e Antonella Picchio que, diferente dos autores homens, incorporam o cuidado como uma necessidade humana universal.

São campos de ideia em constante debate com alguns princípios comuns: não espoliar a natureza e erradicar a exploração humana de qualquer tipo; isto é, separar o que significa qualidade de vida do crescimento econômico e das relações heteropatriarcais (Carrasco, 2014). Mas considerando um aspecto que normalmente não é levado em conta, isto é, a importância dos cuidados na ideia do bem viver: as necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de relações afetivas, emocionais e de cuidados (Picchio, 2001; Pérez Orozco, 2006a, 2011,2014; Carrasco; Tello, 2011; León, 2014).

O bem-estar é uma experiência individual (não falamos de felicidade individual), mas é experimentado e resolvido no coletivo, necessariamente, com relações comunitárias e solidárias, aceitando a diversidade. O bem viver ou o bem-estar não são entendidos se não são universais; uma universalidade global que incorpora as distintas categorias que definem hoje as desigualdades. Todas as vidas devem ser sustentáveis e todos e todas deveríamos ser parte disso.

Assim, focar na centralidade da vida dá significado à frase, atualmente quase transformada em slogan, “a vida no centro”, que – ainda que seja alcunhada há aproximadamente três quinquênios – foi sendo paulatinamente assumida por diversos coletivos sociais e organizações emancipatórias. Uma difusão e generalização muito positiva, que reflete o mal-estar em relação ao atual sistema econômico e a necessidade de uma transformação profunda. No entanto, a repetição da frase foi esvaziando seu conteúdo. E agora nos vemos diante de um novo desafio, um desafio urgente: O que significa colocar a vida no centro? De qual vida estamos falando? “Demanda que não é uma demanda no interior da ordem pré-existente, que não é um registro a mais na ordem do que é comunicável, mas sim a irrupção do indizível nesse marco que coloca em questão o próprio marco” (Zamora, 2016, p. 26).

## **6. EPÍLOGO: OS DIÁLOGOS NECESSÁRIOS**

As respostas das perguntas anteriores dependem de todas as pessoas que perseguem o mesmo objetivo, são diálogos urgentes e

necessários para construir o comum. A dificuldade reside no fato de que nem sempre falamos a mesma linguagem, sendo habitualmente as relações heteropatriarcais o lugar onde se iniciam os pontos de desencontro. Razão pela qual é mais fácil e produz mais proximidade falar dos lugares-comuns e não dos problemas. Mas devemos abordá-los.

Neste ponto, temos que recordar que já faz tempo que o feminismo advertiu sobre a falsa neutralidade do universal. Ou, dito de outro modo, qualquer conceito definido e/ou utilizado em termos genéricos, dificilmente será neutro. A linguagem não é neutra, as sociedades não são neutras, nem é neutra a situação dos homens e mulheres nelas. “A linguagem cria aquilo que nomeia e oculta aquilo que não nomeia, que se converte neste ‘outro’ que outorga significado pela sua negação e ocultação” (Pérez Orozco, 2006b, p. 240). A ordem heteropatriarcal – como ordem lógica dominante – atua de uma forma que modela nosso imaginário desde o início das nossas vidas. Naturaliza as relações e constrói nossa visão sobre o mundo. Um olhar masculino que raramente considera a experiência feminina. Como consequência, a vida no centro pode ser compreendida de um modo distinto a partir de uma visão das mulheres ou de uma visão masculina, a partir de uma perspectiva ecológica, marxista ou feminista. Se todos e todas tivéssemos a mesma visão, não seria tão difícil criar alianças em torno de algo tão óbvio, pelo menos entre pessoas que lutam pelo mesmo objetivo.

Um tema tão complexo como este precisa ser pensado e vivido desde o entorno mais próximo até o funcionamento da estrutura global, combinando experiência com reflexões mais teóricas. No primeiro nível, deveríamos começar a pensar, individual e coletivamente, no âmbito mais próximo da vida cotidiana, o que significa situar a vida no centro no entorno familiar, no espaço do trabalho, da vizinhança, etc. Estamos experimentando-o? Quais dificuldades aparecem? Quais restrições existem? Em qual rede de relações de poder estamos situados/as?

No nível mais estrutural, acredito que é conveniente – e nos ajudaria a visualizar os problemas – pensar sobre temas transversais que poderiam dar origem a medidas de transição. Estamos habituadas/os a refletir sobre âmbitos determinados e olhá-los como se fossem independentes

(ecologistas, feministas, marxistas etc.), como cenários em disputa. O desafio urgente é pensá-los em relação aos demais.

Para exemplificar o que disse antes, me atrevo a dar algumas pinceladas sobre um tema claramente transversal e complexo: a organização dos tempos. Esta afeta todos os âmbitos da organização social e econômica. Além disso, a possibilidade da gestão do próprio tempo é um tema-chave para a qualidade da vida das pessoas e de forma muito especial para as mulheres. Muito se falou em relação à dupla presença/ausência das mulheres, tema relacionado com os tempos de trabalho, os tempos de cuidado e as tensões que isto significa para elas na vida cotidiana. Mas então: Como são priorizados? Como são redistribuídos? Como visibilizar os problemas?

Consideremos três âmbitos fundamentais – ainda que não os únicos – para a sustentação da vida. O âmbito da natureza, o do cuidado e o da produção extradoméstica. Os tempos que regem cada um deles são diferentes<sup>27</sup>. Aquele relacionado com a produção extradoméstica, na forma da atual produção capitalista, é um tempo do relógio, que exige velocidade para ser mais produtivo, é um tempo do dinheiro, um tempo que não pode “ser perdido”, um tempo quantitativo que, na atual forma de organização social, condiciona, obriga e determina o restante dos tempos. Os tempos ecológicos têm seus próprios ritmos, ritmos que deveriam ser absolutamente respeitados e não violentados, como acontece atualmente onde o crescimento é alcançado através da ampliação do leque de recursos naturais apropriados e da aceleração dos ritmos de exploração e extração.

Por fim, os tempos do cuidado são tempos de relação, impossíveis de cronometrar através do relógio, nos quais a velocidade não é um valor, pelo contrário, é algo que reduz a qualidade do cuidado e da relação. Então, como pensamos e organizamos os tempos de produção para que respeitem os tempos ecológicos e os tempos dos cuidados e das relações? Como organizamos os tempos sociais para que eles nos permitam realizar uma vida cotidiana sem “ânsias” de tempo? Como mudamos o atual imaginário sobre o valor do tempo para colocar “a vida no centro”?

---

<sup>27</sup> Começamos a tratar este tema em Bosch et al., 2005.

Normalmente, é mais fácil tentar mudar aquilo que é visibilizado, o que acontece no espaço público. A partir daí que se desenvolvem formas cooperativas de produção, mas que dificilmente levam em consideração o vínculo com as necessidades de cuidados. Talvez também seria necessário pensar em formas alternativas para aquilo que é invisibilizado, isto é, formas comunitárias de realizar o cuidado; o que poderia oferecer mais flexibilidade aos tempos de ambos trabalhos<sup>28</sup>.

Sou e somos conscientes de que tentar pensar a partir de uma perspectiva alternativa centrada na sustentabilidade da vida humana de um modo que seja, ao mesmo tempo, complexo, articulado e operativo, é uma tarefa difícil e arriscada. Mas não sou nem somos ingênuas, sabemos a dificuldade que isso pressupõe. Não é uma tarefa fácil tentar mudar os poderes – econômico, capitalista, patriarcal e outros – que governam e estruturam as instituições, as relações e o simbólico social com objetivos totalmente antagônicos aos que estão colocados aqui e que apresentam, além disso, uma enorme capacidade de serem reproduzidos através de múltiplos planos: político, ideológico, militar, familiar, etc. Mas não fazê-lo supõe também reforçar o paradigma imperante que perturba nosso devir de um modo cada vez mais insustentável. Não pretendo esgotar o tema – que sabemos que é muito complexo e com um longo percurso – mas contribuir para uma reflexão necessariamente aberta e democrática que permita seguir vislumbrando alternativas para construir um mundo possível de se viver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRÁ, Maria Xosé. El alcance de la justicia y las complejas desigualdades de género. In: ORTEGA, Margarita et al. *Género y ciudadanía*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

---

<sup>28</sup> Isto poderia nos levar rapidamente a outro tipo de problemas que estão fora do espaço deste artigo, como as consequências das decisões individuais, como são as de ter filhos/as. A comunidade deve assumi-las? Qual comunidade? A familiar, a trabalhista ou a sociedade como conjunto? E de que modo?

- ARRUZZA, Cinzia. *Reflexiones degeneradas: patriarcado y capitalismo*. 2016. Disponible em: <<https://marxismocritico.com/category/feminismo-marxista/>>.
- BAKKER, Isabela. *Unpaid Work and Macroeconomics: New Discussions, New Tools for Action*, Ottawa: Status of Women Canada, 1998.
- \_\_\_\_\_. Neo-Liberal Governance and the Reprivatization of Social Reproduction: Social provisioning and Shifting Gender Orders. In: BAKKER e GILL. *Power Production, and Social Reproduction*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 66-82, 2003.
- BARCELÓ, ALFONS. *Reproducción económica y modos de producción*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1981.
- BENERÍA, Lourdes. Reproducción, producción y división sexual del trabajo. *Mientras Tanto*, número 6. pp. 47-84, 1981.
- BOSCH, Anna. et al. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, Enric. *La historia cuenta*. Barcelona: El Viejo Topo, pp. 321-346, 2005.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. Outside the Domestic Labor Debate: Towards a Theory of Modes of Human Reproduction. *The Review of Radical Political Economics*, vol. 16 (2/3): 137-166, 1984.
- CAFFENTZIS, George. On the Notion of a Crisis of Social Reproduction: A Theoretical Review. In: DALLA COSTA, Mariarosa; DALLA COSTA, Giovanna F. (eds.) *Women, Development and Labor of Reproduction*. Eritrea: Africa World Press, 1999.
- CARRASCO, Cristina. *El trabajo doméstico*. Un análisis económico. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991.
- \_\_\_\_\_. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?. *Mientras Tanto*, número 82, pp. 43-70, 200

- \_\_\_\_\_. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Con voz propia*. La economía feminista como apuesta teórica y política. Madrid: La oveja roja, pp. 25-48, 2014.
- \_\_\_\_\_. Sostenibilidad de la vida y ceguera patriarcal. Un debate inacabado. *Atlánticas*. Revista Internacional de Estudios Feministas, número 1, 2016.
- CARRASCO, Cristina et al. *El trabajo doméstico y la reproducción social*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1991;
- \_\_\_\_\_. *El trabajo de cuidados*. Historia, teoría y políticas. Madrid: Los libros de la catarata, 2011.
- \_\_\_\_\_. Expolio y servidumbre: apuntes sobre la llamada deuda de cuidados. *Revista de Economía Crítica*, número 18, pp. 48-59, 2014.
- CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric Apuntes para una vida sostenible. In: FREIXANET, Maria. (coord.). *Sostenibilitats*. Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologisme. Col·lecció Grana, número 30. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, pp.13-53, 2011.
- DALLA COSTA, Mariarosa. Las mujeres y la subversión de la comunidad. In: DALLA COSTA Mariarosa.; JAMES, Stela. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo XXI, 1977.
- \_\_\_\_\_. La sostenibilidad de la reproducción: de luchas por la renta a la salvaguardia de la vida. In: LABORATORIO FEMINISTA. *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Dinero, perlas y flores en la reproducción feminista*. Madrid: Akal, 2009.
- DALLA COSTA Mariarosa.; JAMES, Stela. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo XXI, 1977.

- DALLA COSTA, Mariarosa; DALLA COSTA, Giovanna F. (eds.) *Women, Development and Labor of Reproduction*. Eritrea: Africa World Press, 1999.
- DEL RE, Alisa. El Estado del Bienestar, las mujeres y las políticas sociales en el seno de la UE. In: VILLOTA, Paloma de. *Las Mujeres y la Ciudadanía en el umbral del siglo XXI*, Madrid: Ed. Complutense, 1998.
- DOWBOR, Ladislau. *La reproducción social*. México: Siglo XXI, 1994.
- EZQUERRA, Sandra. Acumulación por desposesión, género y crisis en el Estado español. In: *Revista de Economía Crítica*, número 14, pp. 124-147, 2012.
- FEDERICI, Silvia: *Calibán y la bruja*. Madrid: Traficantes de sueños, 2010.
- GALCERÁN, Montserrat. Prólogo. In: *Dinero, perlas y flores en la reproducción feminista*. Madrid: Akal, 2009.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.
- \_\_\_\_\_. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Akal, 2012.
- HOCHSCHILD, Arlie Hussell. Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional. In: GIDDENS e HUTTON (eds.). *En el límite. La vida en el capitalismo global*. Barcelona: Tusquets Editores: 187-208, 2001;
- HUMPHRIES, Jane; RUBERY, Jill. The Reconstitution of the Supply Side of the Labour Market: the Relative Autonomy of Social Reproduction. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 8, número 4, pp. 331-346, 1994.
- LABORATORIO FEMINISTA. *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006.
- LEÓN, Magdalena.. Economía solidaria y buen vivir. Nuevos enfoques para una nueva economía. In: *Sostenibilidad de la vida. Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica*. REAS Euskadi, pp. 43-54, 2014.

- MARÇAL, Katrine. *¿Quién le hacía la cena a Adam Smith? Una historia de las mujeres y la economía*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.
- MARX, Karl. *Salario, precio y ganancia*. Beijing, República Popular China: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.
- MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scales*. Women in the International Division of Labour. Londres: Zed Books, 1987.
- MOLINEUX, Maxine. Beyond the Domestic Labour Debate. In: *New Left Review*, número 116, pp. 3-27, 1979.
- PASINETTI, Luigi. *Lecciones de la teoría de la producción*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLS, Carmen (comp.) *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1966.
- PERÉZ OROZCO, Amaia. *Perspectivas feministas en torno a la economía*. El caso de los cuidados. Madrid: Consejo Económico y Social, 2006<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. La economía: de icebergs, trabajos e (in)visibilidades. In: *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006b.
- \_\_\_\_\_. Cadenas globales de cuidados: ¿qué derechos para un régimen global de cuidados justo? Santo Domingo, República Dominicana: UN-INSTRAW, 2009.
- \_\_\_\_\_. Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista. In: *Revista de Economía Crítica*, número 9, pp. 131-144, 2010.
- \_\_\_\_\_. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. In: *Investigaciones Feministas*, número 2, pp. 29-53, 2011.
- \_\_\_\_\_. Global Care Chains: Reshaping the Invisibilized Foundations of an Unsustainable Development Model. In: MEGHANI, Zahra(ed.). *Women Migrant Workers*. Londres: Routledge, 2013.

- \_\_\_\_\_. *Subversión feminista de la economía*. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.
- PÉREZ OROZCO, Amaia; López Gil, Silvia. *Desigualdades a flor de piel*. Cadenas globales de cuidados. Concreciones en el empleo de hogar y las políticas públicas. Madrid: ONU Mujeres, 2011.
- PICCHIO, Antonella. *Social Reproduction: the Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y Economía*. Barcelona: Icaria, 1999, pp. 201-242.
- \_\_\_\_\_. Un enfoque macroeconómico “ampliado” de las condiciones de vida. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2001, pp. 15-37.
- \_\_\_\_\_. Condiciones de vida: Perspectivas, análisis económico y políticas públicas. In: *Revista de Economía Crítica*, número 7, 2009, pp. 27-54.
- \_\_\_\_\_. Vulnerable Bodies, Total Work and Caring Relationships: A New Economic Perspective. In: ADDABBO, Tindara et al. *Gender Inequalities: Households and the Production of Well-Being in Modern Europe*. Farnham: Ashgate, 2010, pp. 59-74.
- SRAFFA, Piero. *Producción de mercancías por medio de mercancías*. Madrid: Oikos Tau, 1966.
- SMITH, Adam. *La riqueza de las naciones*. Madrid: Alianza, 1994.
- VARA, María Jesús. (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006.
- ZAMORA, José Antonio . *Las crisis y sus víctimas*. Contraste 22. Murcia: Foro Ignacio Ellacuría, 2014.

Submetido em 03/09/2018 e acceto em 19/12/2018.

